

Bancos credores examinam saída para juros em atraso do Brasil

BRASÍLIA — No mesmo dia em que o Brasil deixou de desembolsar os US\$ 1,65 bilhão dos juros da dívida externa, concretizando mais um atraso nos pagamentos a credores internacionais, o chefe do Subcomitê de Economia, do Comitê Assessor dos Bancos Credores, Lawrence Brainards, iniciou seu trabalho com assessores do Banco Central para definir uma hipótese aceitável aos bancos para a necessidade de recursos externos ao fechamento do balanço de pagamentos. Ontem ele esteve com técnicos do Departamento de Pesquisas Econômicas do BC.

As propostas brasileiras já estão na mesa do comitê assessor com hipóteses de recursos externos para o fechamento das contas até dezembro e março do próximo ano, último mês do mandato do presidente Sarney. Considerando-se somente o presente ano, os recursos mínimos atingem US\$ 3 milhões, cor-

respondentes ao volume de dólares que o país receberia caso concluísse um acordo com o FMI. Nesta hipótese, são incluídos os US\$ 800 milhões do FMI, US\$ 1 bilhão do Banco Mundial, US\$ 600 milhões dos bancos credores e outros US\$ 600 milhões do governo japonês.

Este *gap* financeiro (diferença entre os recursos que o país espera receber e o que efetivamente necessita para fechar suas contas externas) poderá ser significativamente elevado caso os bancos credores concordem, por exemplo, em, com uma atitude política, prolongar a ajuda externa ao fim do mandato de Sarney. Desta forma, como entendem as autoridades brasileiras, o novo governo assumirá "sem restos a pagar". Ou seja, poderia concentrar sua negociação para débitos vincendos e não sobre os vencidos. Independente desta

análise de Brainards — que ontem discutiu algumas projeções com o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Silvio Rodrigues — o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, espera sensibilizar banqueiros internacionais e o próprio diretor gerente do FMI, Michel Camdessus, a terem compreensão para os problemas brasileiros e flexibilizarem o ingresso de recursos externos ao país.

No próximo dia 21, os negociadores brasileiros — os assessores Sérgio Amaral (Ministério da Fazenda) e Arnin Lorre (Banco Central) — voltam a se reunir com o comitê assessor para discutir a possibilidade de liberação dos US\$ 600 milhões devidos pelos bancos. De posse destes recursos, o governo brasileiro sacaria partes de suas reservas internacionais — preservando o nível de segurança — e retomaria o pagamento dos juros em atraso.